

OLGARQUAS ARNADAS

EMPRESAS QUE PROTAGONIZAM CONFLITOS AGRÁRIOS OBTIVERAM ACESSO A ARMAMENTO DURANTE GOVERNO BOLSONARO





DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agrangácio no Brasil

DOSSIÊ BOLSONARO (VI)

CONTEÚDOS

	DESTAQUES DO RELATÓRIO	3
	APRESENTAÇÃO	4
1.	O AGRO É ARMA	5
	Poder de fogo	5
	Quem são as agropecuárias armadas?	8
	Governo ignora conflitos de empresas armadas com aval da PF	18
2.	SOBRE CERCAS E RIFLES	20
	Clandestinidade favorece surgimento de milícias na Amazônia	20
	Marfrig teve licença suspensa no Mato Grosso do Sul	22
	Líder ruralista montou "arsenal" na Bahia	23
	Em Pernambuco, usineiro bolsonarista faz lobby pró-armas	25
3.	CONCLUSÕES	28
	REFERÊNCIAS	30

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho

Edição

Bruno Stankevicius Bassi

Pesquisa e texto

Caio de Freitas Paes Katarina Morais

Revisão

Alceu Luís Castilho

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça

Data de Publicação: Outubro, 2022



De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de

camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luís Castilho, autor de "Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro" (Contexto, 2012).

<u>contato@deolhonosruralistas.com.br</u> www.deolhonosruralistas.com.br

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- → Entre a promulgação da lei nº 13.870, de 17 de Setembro de 2019, que flexibilizou a posse de armas de fogo em área rural, e maio de 2022, o governo do presidente Jair Bolsonaro expediu autorização para que 1.051 empresas realizassem serviços de "segurança orgânica".
- → A essas empresas é permitido contratar e equipar isto é, armar seus próprios vigilantes, em vez de terceirizarem sua proteção a grupos de vigilância patrimonial. O controle sobre o armamento e o cumprimento de requisitos de segurança cabe ao Departamento de Polícia Federal (DPF).
- → Das 1.051 empresas autorizadas a executar segurança orgânica, 178 atuam diretamente no agronegócio ou na mineração.
- → São Paulo concentra o maior número de empreendimentos rurais com autorização para compra de armamentos, com 43 empresas. O estado é seguido por Goiás, com 19; Alagoas e Paraná, com 14 cada; e Rio Grande do Sul, com 9.
- → Das 100 maiores empresas do agronegócio, 14 obtiveram licenças para segurança orgânica armada durante o governo Bolsonaro. São elas: os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva; as sucroenergéticas Cosan, Raízen e Usina São Martinho; a fabricante de agrotóxicos Bayer, as indústrias de celulose Klabin e Eldorado, as de alimentos M. Dias Branco e São Salvador; e as cooperativas Coamo, Copacol e Cotrijal.
- → Empresas que receberam autorizações protagonizam casos de violência contra indígenas, camponeses e trabalhadores rurais no Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco.

APRESENTAÇÃO .

A violência é uma das características centrais do bolsonarismo. Em quatro anos de governo, o presidente Jair Bolsonaro, seus ministros e aliados (no Congresso, no setor corporativo e na sociedade) trabalharam dia e noite para fazer do Brasil um país mais intolerante e reacionário.

Esse processo aprofundou conflitos sociais históricos e ampliou desigualdades estruturais no campo e na cidade. Mas a violência não é uma mera externalidade. Em suas diferentes formas, ela é a engrenagem principal do projeto de poder bolsonarista.

Em suas cinco primeiras edições, o Dossiê Bolsonaro – uma iniciativa do núcleo de pesquisas do observatório De Olho nos Ruralistas – apontou alguns dos mecanismos que movem essa engrenagem. Da implosão da reforma agrária à captura corporativa de órgãos ambientais. Do "liberou-geral" para a mineração e o garimpo em terras indígenas ao ataque sistemático contra mecanismos de transparência e à imprensa.

Este sexto capítulo, publicado na reta final do 2° turno da eleição presidencial, trata do aspecto mais saliente da violência bolsonarista: as armas. Mais especificamente, visa mostrar quem são os principais beneficiários dessa corrida armamentista.

A partir da base de dados de empresas de segurança orgânica autorizadas a realizar compra de armamento para vigilância patrimonial pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), De Olho nos Ruralistas identificou pelo menos 178 companhias diretamente ligadas ao agronegócio e a setores relacionados a bens e recursos naturais, como os da mineração e sucroenergético.

Mais que isso, o levantamento identificou um cenário de clandestinidade e falta de controle por parte do DPF em relação à forma que este arsenal chega ao campo e seu potencial de deflagrar conflitos fundiários.

Em diversos casos, as mesmas empresas autorizadas a realizarem a própria segurança armada possuem histórico de violações de direitos de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas.

Para exemplificar esse processo, foram selecionados quatro estudos de caso, nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Pernambuco, que mostram como as armas liberadas por Bolsonaro chegam ao agronegócio e alimentam conflitos.

1) O AGRO É ARMA

"A esquerda fala que a gente não come arma, come feijão. Quando alguém invadir a tua casa, dê tiro de feijão nele".

Jair Bolsonaro, em 1º de outubro de 2021



Presidente Jair Bolsonaro empunha fuzil isralense durante missão diplomática ao país. (Foto: Divulgação/Mishteret Yisrael)

Poder de fogo

Ainda no seu primeiro ano de governo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) concedeu um afago e tanto para seus apoiadores armamentistas no campo. Em uma dobradinha com o Congresso Nacional e o então ministro da Justiça Sérgio Moro (União-PR), o mandatário sancionou a Lei nº 13.870/2019, que ampliou a permissão para armas de fogo em imóveis rurais em todo o país. Fruto de um projeto de lei da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), de autoria do senador Marcos Rogério (PL-RO), candidato ao governo de Rondônia, a proposta permitiu aos proprietários rurais – cuja posse de armas era até então restrita à sede do imóvel – andarem armados em toda a extensão da propriedade.¹

"Todos nós ganhamos com esta proposta, o sentimento é de que nós estamos buscando fazer o melhor para atender à necessidade do nosso público", disse Bolsonaro à época.² A medida prometia efeitos explosivos em um país marcado por conflitos fundiários, especialmente durante uma gestão que demonstrou, em

diversas ocasiões, um descaso crônico com a grilagem e a invasão de terras públicas, conforme demonstrado pela tentativa de aprovar, via medida provisória, a anistia a ocupações irregulares realizadas até dezembro de 2018.³

A ampliação da posse de armas em fazendas foi apenas a ponta de um iceberg de liberações no Brasil desde a posse de Bolsonaro. Em abril de 2020, o presidente da República foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de interferir em atos exclusivos do Exército ao afrouxar o monitoramento e o rastreio de armas e munições no país.⁴ O fato foi admitido pelos próprios militares, em ofício ao MPF.⁵

Logo após, em 20 de agosto de 2020, a Diretoria Geral da Polícia Federal (DG/PF) emitiu a Instrução Normativa nº 174, carro-chefe do 'libera geral' para a venda de armas no país. Entre outros pontos, a medida dobrou – de dois para quatro – o número de armamentos disponíveis para a compra de cada cidadão, reduziu exigências para a aquisição de armas e ampliou o porte para agentes da segurança pública, como guardas civis de pequenos e médios municípios (entre 50 mil a 500 mil habitantes) e policiais penais.⁶ Entre os diversos casos de violência protagonizados por beneficiários diretos da IN nº 174/2020, ganhou projeção nacional o do policial penal e apoiador bolsonarista Jorge Guaranho: em julho de 2022, ele assassinou a tiros o guarda municipal e tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu (PR), Marcelo de Arruda, durante a festa de aniversário de Arruda. A arma fora adquirida a partir das novas diretrizes estabelecidas pelo governo Bolsonaro.⁷

Ainda em 2020, em dezembro, o governo seguia trabalhando em prol do lobby armamentista e facilitou deliberadamente a importação de armas no país. A medida veio por meio de decisão do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, órgão colegiado ligado ao Ministério da Economia, que baixou de 20% para zero o imposto para importação de revólveres e pistolas.⁸

A tendência não mudou nos anos seguintes, pelo contrário. Conforme o mandato se aprofundou, o governo Bolsonaro ampliou sua influência em setores ligados à fiscalização no país. Em 2021, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) tentou afrouxar as punições aplicadas à categoria dos colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) que fossem pegos transportando armas irregularmente pelas rodovias brasileiras.⁹

Os resultados deste conjunto de medidas são notórios. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 indica que o número de CACs com certificado de registro de arma de fogo cresceu 474% durante o governo Bolsonaro. Em 2018, havia pouco menos de 120 mil registros ativos no Brasil, número que explodiu para 674 mil em 1º de julho de 2022, segundo o relatório. Responsável pela liberação destes registros, o Exército admitiu ser incapaz de detalhar os tipos de armas atualmente sob controle de CACs, em grande parte pela falta de padronização do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, o banco de dados responsável por manter atualizado o cadastro de armas de fogo.

Especialistas em segurança pública alertam, há anos, sobre os riscos do 'libera geral' de armamentos no Brasil. Uma das principais críticas é o fortalecimento de um mercado clandestino, alimentado pela perda e roubo de armas de CACs registrados. Segundo dados levantados pela Agência Pública, CACs 'perderam', em média, três armas por dia em 2021.¹² De acordo com informações do comando-geral do Exército, quase 3 mil armas de fogo liberadas para CACs e clubes de tiro foram extraviadas ou roubadas em todo o Brasil nos últimos quatro anos.¹³

Além de perdas e roubos, armas podem facilmente cair nas mãos de criminosos. De acordo com a Polícia Civil de São Paulo, há pelo menos um caso conhecido de um integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC) que adquiriu armas pesadas com autorização expressa do Exército, mesmo ostentando uma ficha corrida de 16 processos criminais – incluindo casos de homicídio qualificado e tráfico de drogas. O juiz responsável pela decisão que desbaratou o esquema criticou o trabalho dos militares, pois teriam liberado o registro ao membro do PCC "sem, sequer, fazer uma pesquisa para verificar sua vida pregressa, pois uma simples consulta no Google em nome de X acenderia uma luz amarela".

A política armamentista de Bolsonaro também demonstra seus primeiros sintomas no meio rural. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2021 os assassinatos no campo registraram seu maior número desde 2017 – ano dos massacres de Colniza (MT) e Pau D'Arco (PA). Ao todo, a organização contabilizou 35 mortes ligadas a conflitos fundiários, sendo 28 na Amazônia Legal. O índice é o dobro do registrado em 2020.¹⁶

Além disso, cresceu a penetração do lobby armamentista junto a sindicatos e organizações rurais. Segundo levantamento da Agência Pública, entre setembro de 2021 e julho de 2022, ocorreram pelo menos sete eventos da ProArmas – principal grupo de defesa da flexibilização das regras para comercialização e porte de armas no Brasil – envolvendo atores do agronegócio. Um destes encontros foi realizado em Dourados (MS), epicentro do genocídio da etnia Guarani Kaiowá, e contou com patrocínio do governo federal.¹⁷

Quem são as agropecuárias armadas?



Dona da Raízen, Cosan é recordista em autorizações para segurança orgânica armada. (Foto: Bruno Spada/MME)

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, as políticas de flexibilização na comercialização e porte de armas de fogo no Brasil criaram um exército de vigilantes à margem do Estado, cujo número gira em torno de 526 mil pessoas. Em sua maioria, são profissionais armados que trabalham em empresas especializadas em segurança privada, que atuam na vigilância de eventos, estabelecimentos comerciais, instituições de ensino, hospitais, equipamentos públicos e, não menos importante, propriedades rurais.¹⁸

Atualmente, não é possível precisar o número exato de profissionais ou de empresas atuando diretamente na vigilância patrimonial de propriedades rurais, pois não há uma classificação específica para esta atividade.

No entanto, este exército clandestino não fica restrito às empresas especializadas. Ele se espalha por corporações fora do ramo da segurança, enquadradas pela legislação vigente como companhias de "segurança orgânica". Ou seja, são empresas que contratam seus próprios vigilantes em vez de terceirizarem sua proteção e que podem requisitar à Polícia Federal e ao Exército Brasileiro permissão para compra e venda de armas de fogo, inclusive as de grosso calibre,

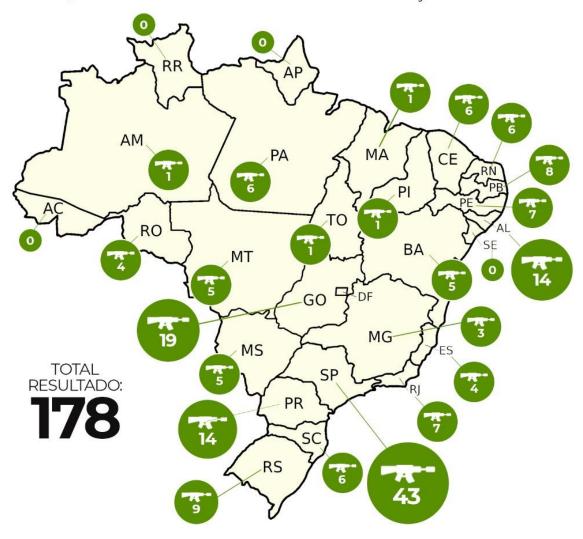
inseridas na lista de Produtos Controlados pelo Exército (PCE). Esta lista inclui materiais explosivos e fuzis.

De acordo com dados do Departamento de Polícia Federal (DPF) obtidos via Lei de Acesso à Informação, existem, no Brasil, 1.051 pessoas jurídicas, de todos os setores econômicos, autorizadas a cuidar de sua própria segurança armada. Os dados foram atualizados até maio de 2022. A partir desta base de dados, o núcleo de pesquisas do **De Olho nos Ruralistas** identificou pelo menos 178 companhias diretamente ligadas ao agronegócio e mineração, que empregam mais de 18 mil vigilantes.

Dentre elas, 14 integram a lista das 100 maiores empresas do agronegócio, de acordo com a revista Forbes. O grupo seleto inclui os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva; as sucroenergéticas Cosan, Raízen e São Martinho; a fabricante de agrotóxicos alemã Bayer; as indústrias de celulose Klabin e Eldorado, e de alimentos M. Dias Branco e São Salvador; e as cooperativas Coamo, Copacol e Cotrijal.¹⁹

OLIGARQUIAS ARMADAS

CONFIRA NO MAPA ONDE SE CONCENTRAM AS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO E MINERAÇÃO QUE ADQUIRIRAM ARMAS PARA "SEGURANÇA ORGÂNICA"



Fonte: Departamento de Polícia Federal (DPF) | Elaborado por: De Olho Nos Ruralistas

Os dados da PF mostram que as empresas com segurança orgânica armada em maio passado não estão igualmente espalhadas pelo Brasil. Uma em cada quatro companhias de fora do setor de segurança e com uso autorizado de armas de fogo no país ficam sediadas em São Paulo. O estado é um reduto histórico do setor canavieiro, razão da sua liderança disparada no ranking nacional.

Entre as 25 usinas sucroalcooleiras armadas em São Paulo estão cinco filiais do grupo Cosan, do empresário Rubens Ometto, o maior doador individual de campanhas nas últimas duas eleições gerais. No pleito de 2022, os R\$ 8,7 milhões aportados pelo magnata do etanol ajudaram a eleger nove candidatos, entre eles dois ex-ministros bolsonaristas: Tereza Cristina (PL-MS), da Agricultura, eleita senadora; e Ricardo Salles (PL-SP), do Meio Ambiente, eleito deputado federal.²⁰ Este último participou junto com Bolsonaro na inauguração da planta de biogás da Raízen – uma joint venture entre Cosan e a holandesa Shell – em Araraquara (SP), em outubro de 2020.²¹

A unidade no interior paulista é uma das cinco pertencentes ao grupo no estado com autorização para realizar segurança orgânica armada. Além das fábricas de Araraquara, Araras, Barra Bonita e Paraguaçu Paulista (com dois CNPJs), aparecem no levantamento de "usinas armadas" as unidades da Raízen em Caarapó (MS) e Jataí (GO). Ao todo, o grupo Cosan possui oito empresas na lista, liderando o ranking nacional.

Além do conglomerado da família Ometto, há também empresas paulistas do setor alimentício, como o frigorífico Marba, adquirido pela JBS dos irmãos Joesley e Wesley Batista em 2019, e a bilionária fabricante de sucos Cutrale. Os dois grupos – JBS e Cutrale – faziam parte, até 2018, da Lista Suja do Trabalho Escravo, após o resgate de 32 trabalhadores entre 2013 e 2015.²²

Celeiro de grãos e lar do segundo maior rebanho bovino do país, com mais de 23 milhões de cabeças de gado, Goiás fica na 2ª posição do ranking de companhias armadas no país. O estado abriga 19 empresas autorizadas a usarem armas de fogo, com algumas das maiores agropecuárias em atividade no Brasil na lista: os frigoríficos JBS, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, e Minerva, gerido pelo empresário Fernando Queiroz, além da Usina São Martinho.

Alagoas e Paraná empatam na 3ª posição do ranking, com 14 agroempresas armadas cada. Em Alagoas, o destaque vai para mineradoras armadas, como a Mineração Barreto S/A, e também usinas de cana-de-açúcar, como a Usina Caeté, ligada ao grupo empresarial Carlos Lyra. No Paraná, destaque para cooperativas agrícolas como a Copacol, empresas do setor florestal como a Klabin, e a fabricante de agrotóxicos Nortox, todas autorizadas pela PF a executarem seus serviços de segurança com armas de fogo.

O Rio Grande do Sul completa a lista dos cinco estados com maior quantidade de agroempresas armadas, com nove companhias ao todo. Predominam no estado empresas armadas do setor alimentício como a Johann Alimentos, cooperativas agrícolas como a Cotrijal e madeireiras como a Todeschini.

Confira abaixo a tabela com as 178 empresas presentes no levantamento:

СПРЈ	Razão Social	Município	UF
07.024.792/0001-83	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A	JOSÉ BONIFÁCIO	SP
83.054.478/0008-06	ADAMI S/A MADEIRAS	CAÇADOR	sc
21.091.388/0001-53	ADM SIGMA AGROPECUARIA LTDA	PALESTINA DO PARÁ	PA
17.747.103/0002-01	AGRÍCOLA ARAÚJO DO VALE LTDA	PETROLINA	PE
28.142.800/0019-95	AGRIMEX S.A - AGROINDUSTRIAL MERCANTIL EXCELSIOR	COELHO NETO	МА
22.678.553/0003-00	AGRITER AGRONEGOCIOS LTDA	CRISTALINA	GO
09.053.646/0001-01	AGRO INDUSTRIAL TABU S.A	CAAPORÃ	РВ
13.642.699/0001-35	AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S/A	JUAZEIRO	ВА
33.465.006/0001-93	AGRO QUÍMICA SÃO GABRIEL S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ
05.373.212/0001-38	AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A	MARANGUAPE	CE
08.205.778/0003-00	AGROPECUARIA CABIXI LTDA	CHUPINGUAIA	RO
17.140.425/0001-07	AGROPECUARIA DOIS LAGOS LTDA	TATUÍ	SP
00.315.457/0001-95	AGROPECUARIA MAGGI LTDA	CUIABÁ	мт
20.636.961/0002-85	AGROPECUARIA MATA SUL S/A	MARAIAL	PE
49.732.068/0068-61	AGROTIN AGROPECUARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	ANALÂNDIA	SP
10.776.417/0001-02	AGUAS MINERAIS SANTA CLARA S/A	RECIFE	PE
19.321.410/0001-62	AJL AGRONEGOCIO JOSIDITH LTDA	LEOPOLDO DE BULHÕES	GO
30.974.737/0001-76	ALCON - CIA DE ALCOOL CONCEIÇÃO DA BARRA	CONCEIÇÃO DA BARRA	ES
18.565.382/0006-70	ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.	NOVA LIMA	мG
02.783.009/0001-41	ANICUNS SA ALCOOL E DERIVADOS	ANICUNS	GO
87.102.810/0010-28	ARAUPEL S.A.	QUEDAS DO IGUAÇU	PR
17.469.701/0104-82	ARCELORMITTAL BRASIL S/A	SERRA	ES
83.649.830/0001-71	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA - SATC	CRICIÚMA	sc
06.165.908/0001-31	BAEPENDI AGROPECUARIA S/A	ORLÂNDIA	SP
18.459.628/0033-00	BAYER S/A	BELFORD ROXO	RJ
21.544.666/0001-80	BELLO FRUTO INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO & EXPORTACAO DE POLPAS DA AMAZONIA LTDA - ME	CASTANHAL	PA
16.941.833/0001-97	BELMONT MINERACAO LTDA	ITABIRA	мс
20.675.702/0001-82	BODEGA BRASIL - EIRELI	CACOAL	RO
57.615.601/0008-00	BODEPAN EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS E IMOBILIARIOS LTDA	RIVERSUL	SP
11.092.881/0001-34	BOM SUCESSO AGROINDUSTRIA S.A.	GOIATUBA	GO

00.562.968/0001-01	BRITEX MINERACOES LTDA	RIO LARGO	AL
37.765.536/0001-08	BUSATO AGROPECUARIA LTDA	BARREIRAS	ва
57.017.436/0002-91	CANAMOR AGRO-INDUSTRIAL E MERCANTIL S/A	SANTA ROSA DE VITERBO	SP
28.138.113/0003-39	CASA DO ADUBO S.A	CARIACICA	ES
20.809.373/0001-15	CEARA MIRIM AGROINDUSTRIAL S/A	CEARÁ-MIRIM	RN
12.718.011/0001-90	CENTRAL ACUCAREIRA SANTO ANTONIO S/A	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	AL
05.158.542/0001-00	CENTRAL AÇUCAREIRA USINA SANTA MARIA S/A	PORTO CALVO	AL
73.375.537/0001-00	CERCHOP BEBIDAS LTDA	UMUARAMA	PR
04.894.085/0001-50	CERPA - CERVEJARIA PARAENSE S/A	BELÉM	РА
07.826.959/0001-20	CERRADO COMÉRCIO LTDA	ANÁPOLIS	GO
10.319.853/0001-44	CIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA	GOIANA	PE
60.618.436/0001-70	CILASI ALIMENTOS S/A	SÃO PAULO	SP
24.956.666/0002-67	CLARION S/A AGROINDUSTRIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL	IBAITI	PR
77.198.794/0001-74	COAGRU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL UNIÃO	UBIRATÃ	PR
75.904.383/0037-32	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	ABELARDO LUZ	sc
75.904.383/0001-21	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	CAMPO MOURÃO	PR
75.904.383/0119-13	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	AMAMBAÍ	мѕ
25.650.383/0001-74	COCAL CEREAIS LTDA	UBERLÂNDIA	мс
44.373.108/0001-03	COCAL COMERCIO INDUSTRIA CANAA ACUCAR E ALCOOL LTDA	PARAGUAÇU PAULISTA	SP
07.068.224/0002-65	COMABEL COMERCIO DE PRODUTOS DA CESTA BASICA LTDA	SÃO LUÍS	МА
10.807.907/0001-10	COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JOÃO	RECIFE	PE
11.699.378/0007-37	COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL-ALCOOLQUIMICA	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE
33.042.730/0017-71	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - CSN	VOLTA REDONDA	RJ
05.343.207/0001-82	COMVAP AÇUCAR E ALCOOL LTDA	UNIÃO	PI
20.277.884/0002-14	COOPERATIVA AGRICOLA DO VALE DO SATUBA - COPERVALES	ATALAIA	AL
78.340.270/0001-39	COOPERATIVA AGRICOLA REGIONAL DE PRODUTORES DE CANA LTDA	PARAÍSO DO NORTE	PR
87.573.952/0001-82	COOPERATIVA AGRICOLA TUPANCIRETA LTDA	TUPANCIRETÃ	RS
89.231.708/0001-67	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALEGRETE LTDA	ALEGRETE	RS
83.305.235/0001-19	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	CHAPECÓ	sc
03.347.747/0001-09	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RUBIATABA	RUBIATABA	GO
12.229.753/0001-52	COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL PINDORAMA LTDA	CORURIPE	AL
	-		-

50.974.732/0001-50	COOPERATIVA DE CONSUMO COOPERCICA	JUNDIAÍ	SP
11.169.030/0002-23	COOPERATIVA DO AGRONEGOCIO DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIACAO	TIMBAÚBA	PE
01.428.021/0001-75	COOPERATIVA DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DO MARANHAO LTDA	SÃO LUÍS	МА
71.320.915/0001-22	COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO	SERTÃOZINHO	SP
97.225.346/0001-20	COOPERATIVA TRITICOLA SEPEENSE LTDA	SÃO SEPÉ	RS
76.093.731/0001-90	COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA	CAFELÂNDIA	PR
50.746.577/0079-85	COSAN S.A.	ARARAS	SP
91.495.549/0001-50	COTRIJAL COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL	NÃO-ME-TOQUE	RS
18.373.437/0001-36	CROPFERT INDUSTRIA DE FERTILIZANTES E AGROQUIMICOS LTDA	JANDAIA DO SUL	PR
08.902.291/0003-87	CSN MINERACAO S.A.	ITAGUAÍ	RJ
57.687.386/0004-11	CUTRALE EMPREENDIMENTOS LTDA	BEBEDOURO	SP
06.312.488/0001-79	D'PADUA - DESTILARIA, PRODUÇÃO, AGROINDUSTRIA E COMERCIO S/A	RIO TINTO	РВ
14.842.447/0001-12	EBAL EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS SA	SALVADOR	ВА
17.394.378/0001-10	EBC ALIMENTOS - LTDA	CAMBIRA	PR
07.401.436/0017-07	ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A	ANDRADINA	SP
07.401.436/0001-31	ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A	TRÊS LAGOAS	мѕ
00.684.808/0002-16	ESTANHO DE RONDONIA S/A	ITAPUÃ DO OESTE	RO
23.347.949/0001-68	FAZENDA VELOCITTA	MOGI GUAÇU	SP
52.311.529/0096-90	FISCHER S/A AGROINDÚSTRIA	FRAIBURGO	sc
61.270.393/0001-48	FRIGORIFICO MARBA LTDA	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP
08.821.355/0002-34	FRIPAL - FRIGORÍFICO PARAIBANO LTDA - EPP	SAPÉ	РВ
73.909.400/0001-98	GIRUS MERCANTIL DE ALIMENTOS LTDA	VÁRZEA GRANDE	мт
07.580.512/0001-13	GLOBOAVES SÃO PAULO AGROAVICOLA LTDA	CASCAVEL	PR
24.866.741/0001-18	GOIAS VERDE ALIMENTOS LTDA	LUZIÂNIA	GO
06.564.793/0001-58	HORIZONTE AVICOLA INDUSTRIA S A	HORIZONTE	CE
09.175.103/0001-67	IBACEM AGRÍCOLA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	JUAZEIRO	ВА
12.392.890/0001-03	IMCREL - IRMAOS MOREIRA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA	RIO LARGO	AL
91.495.226/0001-66	IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS JAN S/A	NÃO-ME-TOQUE	RS
20.997.850/0001-13	INCOFORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE FUMOS EXTRA FORTE	ARAPIRACA	AL
33.040.122/0001-60	IND. PRODUTOS ALIMENTICIOS PIRAQUE S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ
27.175.959/0001-14	ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A	CACHOEIRO DE	ES

		ITAPEMIRIM	
06.110.605/0001-11	ITAJUBARA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL	COELHO NETO	МА
08.331.340/0002-98	ITAPETINGA AGRO-INDUSTRIAL S/A	MOSSORÓ	RN
04.265.872/0001-32	ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A	MANAUS	АМ
09.357.997/0001-06	JAPUNGU AGROINDUSTRIAL SA	SANTA RITA	РВ
04.815.734/0001-80	JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A	ALMEIRIM	PA
02.916.265/0029-60	JBS S/A	PRESIDENTE EPITÁCIO	SP
02.916.265/0010-50	JBS S/A	BARRA DO GARÇAS	мт
02.916.265/0004-02	JBS S/A	CAMPO GRANDE	мѕ
02.916.265/0005-93	JBS S/A	GOIÂNIA	GO
87.226.528/0001-61	JOHANN ALIMENTOS LTDA	ESTÂNCIA VELHA	RS
89.637.490/0133-95	KLABIN S.A.	TELÊMACO BORBA	PR
07.206.816/0066-60	M.DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	RIO DE JANEIRO	RJ
07.206.816/0001-15	M.DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	EUSÉBIO	CE
47.614.177/0003-03	MADEPAR S/A INDUSTRIA E COMERCIO	GENERAL CARNEIRO	PR
63.878.250/0001-49	MARBORGES AGROINDUSTRIA S.A	моји	PA
52.311.289/0001-63	MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRICOLAS TATU S/A	MATÃO	SP
03.853.896/0002-20	MARFRIG ALIMENTOS S/A	BATAGUASSU	мѕ
12.819.074/0007-29	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA	PEDRAS DE FOGO	РВ
13.342.753/0004-70	MIBASA MINERACAO BARRETO SA	BELO MONTE	AL
42.445.403/0001-94	MINERACAO SERRA GRANDE S/A	CRIXÁS	GO
09.104.182/0001-15	MINERVA DAWN FARMS INDUSTRIA E COMERCIO DE PROTEINAS SA	BARRETOS	SP
67.620.377/0018-62	MINERVA S/A	ARAGUAÍNA	то
67.620.377/0001-14	MINERVA S/A	BARRETOS	SP
67.620.377/0074-70	MINERVA S/A	ROLIM DE MOURA	RO
67.620.377/0062-36	MINERVA S/A	MIRASSOL D´OESTE	мт
67.620.377/0004-67	MINERVA S/A	PALMEIRAS DE GOIÁS	GO
09.090.259/0001-45	MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A	SANTA RITA	РВ
48.762.892/0001-94	MOCO AGROPECUARIA LTDA.	SANTA TERESINHA	РВ
48.708.267/0001-64	NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.	VISTA ALEGRE DO ALTO	SP
48.708.267/0015-60	NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA.	APORÉ	GO
07.576.952/0001-05	NATURAGUA AGUAS MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO S.A	FORTALEZA	CE

75.263.400/0001-99	NORTOX S/A	ARAPONGAS	PR
75.263.400/0011-60	NORTOX S/A	RONDONÓPOLIS	мт
06.604.714/0001-95	PECEM AGROINDUSTRIAL LTDA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CE
03.938.233/0003-90	PECUARIA SERRAMAR LTDA	CARAGUATATUBA	SP
71.304.687/0001-05	PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A.	SERRANA	SP
02.865.476/0001-10	PEDRA AZUL MINERADORA LIMITADA	PARELHAS	RN
03.097.776/0001-60	PESCADOS FISH LTDA	NATAL	RN
04.706.576/0001-20	PRO-FE EMPREENDIMENTOS E AGROPASTORIL S/A	RIO TINTO	РВ
43.960.335/0001-64	RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA	ARARAQUARA	SP
09.538.989/0004-09	RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA	PARAGUAÇU PAULISTA	SP
09.538.989/0001-66	RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA	CAARAPÓ	мѕ
08.619.844/0003-99	RAIZEN CENTROESTE ACUCAR E ALCOOL LTDA	JATAÍ	GO
08.070.508/0003-30	RAIZEN ENERGIA S.A.	BARRA BONITA	SP
08.070.508/0167-67	RAIZEN ENERGIA S.A.	JATAÍ	GO
52.189.420/0001-61	RAIZEN PARAGUACU LTDA	PARAGUAÇU PAULISTA	SP
94.789.468/0001-50	RASIP ALIMENTOS LTDA	VACARIA	RS
21.154.569/0001-81	REUNIDAS AGRONEGOCIO LTDA	GOIATUBA	GO
08.614.277/0001-16	REVATI S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL	BREJO ALEGRE	SP
10.912.900/0002-40	RIO VERMELHO DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA	ANÁPOLIS	GO
12.275.715/0001-36	S.A. LEÃO IRMÃOS AÇÚCAR E ÁLCOOL	RIO LARGO	AL
76.509.611/0001-21	SABARALCOOL S/A ACUCAR E ALCOOL	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR
51.466.860/0062-78	SÃO MARTINHO S/A	QUIRINÓPOLIS	GO
03.387.396/0001-60	SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA	ITABERAÍ	GO
05.832.555/0001-13	SOCOCO S/A - AGROINDUSTRIA DA AMAZONIA	МОЈИ	PA
61.649.810/0001-68	SUCOCITRICO CUTRALE LTDA	ARARAQUARA	SP
05.919.420/0001-90	SUCOS DO BRASIL S.A.	PACAJUS	CE
40.758.310/0001-94	TAPUIO AGROPECUARIA LTDA.	TAIPU	RN
07.005.330/0001-19	TERNIUM BRASIL LTDA.	RIO DE JANEIRO	RJ
11.909.208/0001-44	TERRAL AGRICULTURA E PECUARIA SA	MATÃO	SP
51.843.514/0001-40	TIETÊ AGROINDUSTRIAL S.A	PARAÍSO	SP
87.547.170/0001-79	TODESCHINI S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	BENTO GONÇALVES	RS
12.733.937/0001-55	TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA	BOCA DA MATA	AL
49.323.876/0001-68	TRIUNFO AGROPECUARIA S.A	SÃO PAULO	SP

96.206.941/0001-55	UGGERI S/A	ENTRE-IJUÍS	RS
09.431.693/0002-22	UPA UMBUZEIRO PRODUCOES AGRICOLAS LTDA	CASA NOVA	ВА
07.987.748/0001-79	URUAÇU AÇUCAR E ALCOOL LTDA	URUAÇU	GO
53.009.825/0001-33	USINA ALTA MOGIANA S/A ACUCAR E ALCOOL	SÃO JOAQUIM DA BARRA	SP
12.282.034/0002-86	USINA CAETÉ S/A	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AL
12.272.498/0002-01	USINA CANSANCAO DE SINIMBU S/A	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AL
43.533.819/0001-27	USINA ITAJOBI LTDA - ACÇÚCAR E ÁLCOOL	MARAPOAMA	SP
43.951.227/0001-25	USINA MARINGÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ARARAQUARA	SP
12.607.842/0001-95	USINA SANTA CLOTILDE S/A	RIO LARGO	AL
44.207.249/0001-48	USINA SANTA LUCIA_S/A	ARARAS	SP
45.353.547/0001-09	USINA SANTA RITA SA ACUCAR E ALCOOL	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SP
71.324.784/0001-51	USINA SANTO ANTONIO SA	SERTÃOZINHO	SP
47.063.128/0001-68	USINA SÃO DOMINGOS AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A	CATANDUVA	SP
71.324.792/0001-06	USINA SAO FRANCISCO S/A	SERTÃOZINHO	SP
53.172.300/0001-14	USINA SAO JOSE DA ESTIVA S/A - ACUCAR E ALCOOL	NOVO HORIZONTE	SP
53.408.860/0001-25	USINA SAO LUIZ S/A	OURINHOS	SP
12.706.289/0001-48	USINA SERRA GRANDE S/A	SÃO JOSÉ DA LAJE	AL
44.209.336/0035-83	USJ ACUCAR E ALCOOL S.A.	ARARAS	SP
02.414.858/0003-90	VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA	BAÍA FORMOSA	RN
02.414.858/0004-70	VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA	ITAPACI	GO
49.911.589/0001-79	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A ACUCAR E ALCOOL	ARIRANHA	SP
07.175.725/0001-60	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A.	JARAGUÁ DO SUL	sc

Governo ignora conflitos de empresas armadas com aval da PF



Unidade da Coamo serviu de ponto de encontro para comboio de pistoleiros que executou o Massacre de Caarapó.

(Foto: Ana Mendes/Cimi)

A lista de 178 empresas armadas ligadas ao agronegócio e ao setor de recursos naturais irradia conflitos pelo Brasil. Há companhias envolvidas em disputas violentas com povos e comunidades tradicionais, como no caso da Coamo, uma das maiores cooperativas agroindustriais da América Latina.

De Olho nos Ruralistas mostrou como a filial da cooperativa paranaense em Caarapó (MS) esteve no epicentro do Massacre de Caarapó. Em 14 de junho de 2016, um grupo de jagunços e pistoleiros avançou contra indígenas que haviam ocupado uma fazenda no município, instaurando a retomada Tey Kuê. O agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza foi morto no ataque e outras seis pessoas ficaram feridas, incluindo uma criança. O massacre foi orquestrado através de um grupo de WhatsApp, intitulado "Produtores do Cone Sul". Foi por meio dele que o bando de mais de 70 agressores combinou um encontro em frente à sede da Coamo em Caarapó, onde acertaram os detalhes finais da ação por cerca de uma hora logo antes de partirem para o ataque contra os Guarani Kaiowá.²³

O caso rendeu uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra funcionários da Coamo, obtida na íntegra pelo observatório em 2019. Segundo o MPF, sete funcionários da cooperativa prestaram falso testemunho sobre sua participação no massacre. "Os denunciados, dolosamente e cientes da reprovabilidade de suas condutas, negaram e calaram a verdade sobre fato juridicamente relevante, na qualidade de testemunha", afirmou à época o Ministério Público.²⁴

Mas parece que o controverso histórico da Coamo no Mato Grosso do Sul não faz diferença para a Polícia Federal. Afinal, ela renovou, ano após ano, desde o massacre, a autorização da Coamo para realizar a própria segurança armada – um padrão seguido à risca durante o governo de Jair Bolsonaro.²⁵ A permissão mais recente foi publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2021.²⁶

Há outros casos do tipo envolvendo as agroempresas armadas no país. A madeireira Araupel, em Quedas do Iguaçu (PR), é outra das corporações autorizadas pela PF a portarem e usarem armas de fogo, mesmo travando uma violenta disputa por cerca de 25 mil hectares de terras ocupados por famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde a década de 1990.²⁷ De acordo com o Diário Oficial da União, o governo Bolsonaro expediu uma nova autorização para a madeireira cuidar de sua própria segurança armada em Quedas do Iguaçu em 10 de julho de 2020.²⁸ Cerca de um ano depois, a PF renovou a permissão à Araupel.²⁹

Antes, em 2018, a PF havia permitido que a madeireira vendesse parte das armas de fogo de sua unidade em Quedas do Iguaçu – ao todo, oito revólveres calibre 38 e uma espingarda calibre 12 – a um centro de formação de vigilantes, Delta Star, sediado em Cascavel (PR).^{30 31}

As permissões não levam em conta as recorrentes acusações de uso de seguranças privados em ataques contra membros do MST. Em 2016, por exemplo, dois trabalhadores sem-terra foram assassinados a tiros no entorno da área em disputa com a Araupel. À época, o MST acusou um grupo de "seguranças, jagunços e policiais" de atirarem, sem motivo aparente.³²

Desde 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) defende que a madeireira não é dona das terras em disputa com os sem-terra. O entendimento do Incra motivou uma decisão contrária à Araupel na Justiça Federal, ainda naquele ano.³³ O revés, porém, foi momentâneo. O veredito mais recente do caso, proferido pelo Tribunal Regional da Federal da 4ª Região, define que a área em disputa com o MST pertence à madeireira.³⁴

2) SOBRE CERCAS E RIFLES

"Você não tem mais a preocupação de acordar com sua fazenda sendo demarcada como uma terra indígena ou como quilombola.".

Jair Bolsonaro, em 26 de julho de 2021



Marca Vigilância foi fechada após investigação apontar formação de milícia rural no Pará. (Foto: Reprodução/PF)

Clandestinidade favorece surgimento de milícias na Amazônia

O fato da liberação dos armamentos para empresas agropecuárias ocorrer sob a tutela da Polícia Federal não reduz o potencial de conflitos, agravados pela enxurrada de armas de fogo liberadas pelo governo Bolsonaro. Líder em conflitos por terra no país, segundo levantamento da CPT, o Pará apresenta alguns dos casos mais alarmantes relativos a empresas de segurança orgânica armada.

Um deles é o da ADM Sigma Agropecuária, dedicada à venda de animais vivos, criação de porcos e gado para corte e produção de leite, além de cultivo de milho e soja em Palestina do Pará (PA), em plena rodovia Transamazônica.

O governo federal tem renovado a autorização para a ADM Sigma cuidar da própria segurança armada pelo menos desde 2016, com o aval mais recente expedido em 15 de março de 2022.^{35 36} No entanto, a agropecuária vem seguidamente infringindo normas que regem a segurança privada no país,³⁷ com pelo menos duas punições abertas já durante o governo Bolsonaro – uma em agosto de 2019 e outra em maio de 2022.^{38 39}

Não há detalhes quanto a estas duas infrações, pois seguem em trâmite na PF, mas uma simples pesquisa na internet evidencia um amplo histórico de irregularidades da empresa. Em 2016, a ADM Sigma recebeu duas punições no mesmo dia: uma por "guardar armas, munições ou outros produtos controlados em local inadequado", 40 e outra por "alterar seus atos constitutivos ou o modelo do uniforme dos vigilantes, sem prévia autorização" da PF. 41 Apesar das punições, a ADM Sigma continuou tendo sua autorização renovada pelo governo federal.

Problemas administrativos são apenas uma das facetas da segurança armada no Norte do Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, quase 65% do efetivo de seguranças privados na região atuam na clandestinidade, fora do controle da PE.⁴²

A empresa é ligada à família de Walderez Fernando Resende Barbosa, pecuarista falecido que há anos disputa cerca de 13 mil hectares de terras com 300 famílias camponesas no município vizinho de Brejo Grande do Araguaia (PA). De acordo com o jornal Correio de Carajás, tanto a Associação dos Agricultores Familiares Rurais do Acampamento Araguaia (Adafra) quanto a Associação dos Pequenos e Médios Produtores e Produtoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Brejo Grande do Araguaia (Asproberg) reivindicam a área hoje ocupada pelos herdeiros de Walderez – o que inclui sua filha, Simone Maria Resende Barbosa Costa, sócia-administradora na ADM Sigma, segundo a Receita Federal.⁴³ O caso corre na Justiça, com uma ação de reintegração de posse movida pelos herdeiros de Walderez contra os pequenos agricultores e "demais integrantes do grupo sem-terra" na região.⁴⁴

A ADM Sigma é apenas uma das 21 agroempresas armadas com a benção da PF na Amazônia Legal, segundo dados de maio de 2022 obtidos via Lei de Acesso à Informação. Uma execução de título extrajudicial em São João do Araguaia conecta Walderez Barbosa a outra empresa de segurança ligada com conflitos agrários. Atuando na região de Marabá (PA), a Marca Vigilância e Segurança Ltda. foi alvo de processo movido pelo MPF em 2019 após funcionários realizarem uma barreira armada na estrada que levava a uma comunidade ribeirinha na região do Lago dos Macacos, impedindo que moradores saíssem ou voltassem para suas casas. No decorrer do processo, constatou-se a formação de milícia privada em favor dos fazendeiros Marcos Antônio Fachetti, Marcos Antônio Fachetti Filho e Rafael Bemerguy Sefer. Este último, filho do ex-deputado estadual Luiz Sefer. Este.

Após a condenação na Justiça, a empresa teve as atividades suspensas. Porém, antes mesmo do conflito eclodir, a Marca já vinha demonstrando irregularidades, recebendo punições consecutivas da PF sem, no entanto, revogar sua autorização para o uso de armas – pelo contrário, esta foi renovada menos de dois meses depois da notificação, em 2018.⁴⁷

Sob este mesmo enfoque, surgem até mesmo multas milionárias por crimes ambientais, como no caso da Agropecuária Cabixi, que atua desde o plantio de cana-de-açúcar, milho e soja, até a extração de madeira de florestas nativas. A permissão dada pela PF se estende para sua filial em Chupinguaia (RO), onde ficam os quase 3,5 mil hectares da fazenda Nossa Senhora Aparecida, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, do Incra.

A empresa pertence à família Afonso, de Araçatuba (SP), uma das recordistas em multas ambientais por desmatamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). O órgão aplicou o equivalente a quase R\$ 8 milhões em multas por crimes ambientais ligados à sócia-administradora da empresa, Ana Silvia Pereira de Moraes Afonso em 2018, por desmatamento ilegal cometido em Chupinguaia.⁴⁸

As multas não haviam sido pagas até o fechamento do relatório, pois recursos da defesa continuam em análise no Ibama. A empresa dos Afonso, por outro lado, segue em plena atividade em Rondônia: a PF emitiu a autorização para o serviço de segurança orgânica da Agropecuária Cabixi já durante o governo Bolsonaro, em 3 de agosto de 2021, como informa o Diário Oficial da União.⁴⁹

Não demorou para que a companhia se armasse. Em 15 de outubro daquele mesmo ano, pouco mais de três meses depois da permissão da PF, o governo autorizou a Agropecuária Cabixi a comprar três carabinas calibre 38, dois revólveres e 126 munições do mesmo calibre.⁵⁰

Marfrig teve licença suspensa no Mato Grosso do Sul

A indústria da carne prospera há décadas no Centro-Oeste brasileiro, garantindo lucros bilionários aos frigoríficos de algumas das maiores empresas do mundo no setor. A região é marcada por conflitos territoriais entre comunidades e povos tradicionais contra gigantes da pecuária e ganha um agravante: o acesso de ruralistas a armas de fogo em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Gigantes do agro como a JBS, dos irmãos Batista, Marfrig, de Marcos Molina dos Santos, e Minerva, de Fernando Queiroz, possuem plantas de processamento de carne em diferentes pontos da região, como Bataguassu (MS), Mirassol D'Oeste (MT) e Palmeiras de Goiás (GO). Os três municípios acima abrigam filiais armadas destas empresas, como mostram dados do Departamento de Polícia Federal (DPF) obtidos via Lei de Acesso à Informação.

As gigantes da indústria da carne têm acesso a armas de fogo para realizarem a própria vigilância patrimonial nos locais. Mas o Diário Oficial da União mostra que há problemas relacionados a pelo menos uma dessas autorizações. Em janeiro de

2022, a Marfrig recebeu uma severa punição graças à sua segurança armada em Bataguassu (MS), município a 315 km ao sul da capital, Campo Grande.

Como conclusão de um processo iniciado no ano passado, em 28 de janeiro de 2022, foi aplicada a pena de "cancelamento punitivo" à Marfrig por "praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII" em sua filial no Mato Grosso do Sul. Este item define, genericamente, o cancelamento da permissão de qualquer empresa que "deixar de possuir quaisquer outros requisitos para o seu funcionamento".⁵¹

Procurado, o DPF negou-se a fornecer mais detalhes quanto ao caso da Marfrig porque o processo punitivo de segurança privada possui "dados sensíveis" sobre a empresa autuada. Conforme mostrou o relatório "Um País sob Censura", o quinto da série Dossiê Bolsonaro, a negativa de acesso a dados de interesse público sob justificativa de proteger dados pessoais ou sensíveis tem sido um dos principais mecanismos adotados na gestão Bolsonaro para limitar a transparência pública.⁵²

Líder ruralista montou "arsenal" na Bahia



Líder do setor algodoeir, Júlio Cézar Busato integra a diretoria do Instituto Pensar Agro (IPA. (Foto: Divugalção/Abrapa)

O extremo oeste da Bahia é palco histórico de conflitos entre camponeses e ruralistas no Cerrado. Desde a chegada de descendentes de japoneses e de migrantes sulistas à região, ainda na década de 1980, violentas disputas por terras

se multiplicaram na área, hoje considerada um dos principais polos nacionais de produção de algodão, milho e soja.

De acordo com o levantamento realizado por De Olho nos Ruralistas na base do DPF, há apenas uma empresa autorizada a exercer a chamada segurança orgânica na região, a Busato Agropecuária Ltda., que obteve a concessão em 20 de agosto de 2021. Em pouco menos de um ano, a empresa adquiriu um verdadeiro arsenal: 31 espingardas calibre 12, arma de alto poder destrutivo, e mais de 600 munições do mesmo calibre.⁵³

Gaúcho, o clã Busato foi um entre dezenas a aportarem no Oeste baiano para o cultivo de commodities em larga escala, então estimulado pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), com investimento dos governos do Brasil e do Japão. Desde então, o clã ergueu um império agrícola na área, com seus membros ocupando assentos importantes em organizações ruralistas na Bahia.

O patriarca Hélio Busato faz parte do conselho fiscal da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), principal mobilizadora política do agronegócio baiano. Ele aparece, junto a outros grandes fazendeiros na região, na Operação Faroeste, escândalo de compra e venda de sentenças na Justiça Estadual para legalizar fraudes fundiárias em uma área cinco vezes maior que a da capital Salvador.⁵⁴ Hélio Busato foi citado na delação premiada de uma das desembargadoras envolvidas no esquema como um dos beneficiários da venda de sentenças.⁵⁵

Um de seus filhos, Júlio Cézar, presidiu a Aiba e a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), onde se consolidou como um líder do setor. Atualmente, ele preside a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). As duas integram a rede de financiamento do Instituto Pensar Agro (IPA), o cérebro pensante por trás da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Júlio ocupa atualmente o conselho fiscal do instituto ruralista.⁵⁶

O legado familiar segue agora nas mãos da terceira geração da família, uma vez que Cézar Busato – filho de Júlio – substituiu o pai como representante dos agricultores e irrigantes baianos no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.⁵⁷

Em Pernambuco, usineiro bolsonarista faz lobby pró-armas



Líder sucroalcooleiro articula apoio a Bolsonaro e recebe armas em troca. (Foto: Divulgação/Coaf)

A ampliação massiva do acesso a armas de fogo por empresas agropecuárias também beneficia alguns aliados diretos de Jair Bolsonaro na disputa pela reeleição.

Em 26 de janeiro de 2022, a Cooperativa do Agronegócio dos Fornecedores de Cana (Coaf) recebeu sua primeira autorização do governo federal para fazer a própria segurança patrimonial em Timbaúba, na Zona da Mata de Pernambuco.⁵⁸ Menos de um mês depois, em 22 de fevereiro, o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Licínio Nunes de Moraes Netto, concedeu autorização para que a Coaf adquirisse, "em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército", cinco revólveres calibre 38 e noventa munições calibre 38.⁵⁹

Responsável por administrar a antiga Usina Cruangi, que declarou falência em 2013, a cooperativa é presidida por Alexandre Araujo de Morais Andrade Lima, um dos mais importantes nomes do setor sucroalcooleiro do país. Ele já foi o presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) — hoje é o 1º vice-presidente — e da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, e lidera, atualmente, a Associação dos Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco (AFCP).

Próximo a Bolsonaro, Andrade Lima se alinha à boa parte das ideias do presidente – como o porte de arma no campo e a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "Ele tem se colocado bem afinado com o que a gente pensa", disse à Folhapress, e continuou: "Como a segurança do campo, questão de movimentos sociais, MST e porte de arma da pessoa do campo. Sentimos dificuldade de morar no campo e não ter arma para nos defender".⁶⁰

A declaração foi dada em março deste ano, durante um encontro promovido pela Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja) com o presidente Jair Bolsonaro, a ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina (PL-MS), e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na ocasião, o presidente recebeu o prêmio de honra ao mérito Canavieiro do Brasil pelos serviços prestados ao setor — como a sanção, em janeiro, da lei que permite a compra direta de etanol pelos postos de combustíveis aos produtores.⁶¹

O apoio à reeleição de Bolsonaro também foi oficializado pela Feplana. "Não era o meu caso, já defendia Bolsonaro", disse Lima. "Mas consultei dirigentes de SP e eles não se opuseram. A maioria deles concordou". A Feplana – organização da qual Andrade Lima é vice-presidente – é uma das mantenedoras do IPA e, consequentemente, financiadora indireta da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso.

Dona de um longo histórico de conflitos agrários, a Usina Cruangi reabriu em 2015 sob o discurso da geração de empregos e renda no campo. Apesar disso, a usina continua acumulando denúncias de precariedade no trabalho de seus funcionários.

A Coaf tomou a administração da falida Cruangi impulsionada pela política de apoio e incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo de Pernambuco, instituída em 2015 pelo governo Paulo Câmara (PSB). A lei previa que as cooperativas tivessem isenção de 6,5% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além da garantia de 12% de isenção no imposto já dado às usinas.

"Justificam que é para gerar empregos e renda na região, mas é mentira", afirmou o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Bruno Ribeiro, que há anos acompanha a situação na região. "É a prática organizada de crime contra o Estado, contra os direitos humanos e contra o direito do trabalhador para seguir ganhando benefícios. Hoje, a usina é um morto vivo cuja justiça garante o funcionamento".

Antes mesmo da cooperativa, a Cruangi ganhou autorização para exercer a própria segurança privada desde pelo menos 13 de junho de 2013, quando foi dada a liberação para que a empresa comprasse uma carabina calibre .38, cinco revólveres do mesmo calibre e 120 munições para estas armas. No entanto, sofreu

dois processos punitivos pela Polícia Federal, um aberto em 20 de outubro de 2020, o outro em 2021 - tendo este segundo sido arquivado em 11 de fevereiro de 2022.

Os territórios onde ficam a Cruangi e a antiga Usina Maravilha – que pertence à mesma família – historicamente possuem registros de conflitos agrários. Em 2019, uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebeu ordem de despejo referente às terras do Engenho Belo Horizonte, da Maravilha, autorizado pelo juiz da comarca de Goiana. O mesmo aconteceu em 2013, na Fazenda Tamanduá, às margens da BR 101, em Caaporã (PB).

Segundo Jaime Amorim, do MST, as ameaças já são constantes contra os acampamentos em áreas da Cruangi. A legitimação para o armamento próprio coloca em risco, segundo ele, os sem terra no período final da medida provisória que impede despejos, válida até 31 de outubro de 2022. "Nas áreas da Usina Maravilha, a situação é mais tranquila, por estar falida", contou. "Mas na Cruangi, com um dos donos temos muito cuidado.".

Ele completou: "A usina sempre foi, desde o tempo colonial, uma força de estado. Tinha força própria de segurança, porque há uma vida conciliada com o poder judiciário e a polícia. No final do governo Lula houve uma modernização, e tiveram que contratar empresas de segurança, além de haver um desincentivo à compra de armas. Mas no novo governo essa compra é facilitada. Isso muito nos preocupa."



Projeto de nação depende de questionarmos a política armamentista dos últimos 4 anos. (Foto: Mídia Ninja)

A corrida armamentista estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus aliados será uma das consequências mais duradouras do projeto político bolsonarista no Brasil. A ampla disponibilidade de armas de fogo entre os cidadãos, no campo e na cidade, já é uma realidade à qual os povos tradicionais e os movimentos sociais terão de reconhecer e se adaptar.

Quais serão as estratégias para conter a escalada de violência que toma conta do país? É possível reverter as políticas pró-armas lançadas por Bolsonaro? Como poderemos reprimir o impulso expansionista do agronegócio, que avança devorando territórios e gentes em seu caminho?

Um primeiro passo para combater as oligarquias (cada vez mais) armadas nesses quatro anos de governo Bolsonaro é a informação. Mais do que nunca, é necessário dar nome aos bois. Por que as empresas citadas ao longo deste relatório continuam recebendo da Polícia Federal renovações quase automáticas de suas licenças para compra de armas de fogo? Há alguma justificativa plausível para que grupos econômicos supostamente destinados à produção de alimentos (ou *commodities*) montem verdadeiros arsenais para proteger o que está dentro de suas cercas?

Um novo governo que assuma a tarefa de construir uma agenda de reconstrução pós-bolsonarista deverá fazer esses questionamentos. Caso contrário, como poderá nosso país avançar em uma política concreta de reforma agrária, titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas se, do outro lado, o diálogo toma a forma do cano de um revólver?

Para construir um país mais justo e igualitário é primordial não apenas rever as medidas que permitiram a expansão do armamento no campo, mas também questionar os atores do agronegócio e os lobbies responsáveis pela concretização da política armamentista. Quem ganha com as armas? E até onde esse lado estará disposto a ir para defender seus feudos? Esta é uma das perguntas decisivas que guiará os próximos quatro anos.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL, Lei Federal nº 13.870, de 17 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13870-de-17-de-setembro-de-2019-216803986
- [2] AGÊNCIA SENADO. "Lei que permite posse de arma em toda a extensão do imóvel rural é sancionada". 18.set.2019.
- https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/18/sancionada-lei-que-permite-posse-de-arma-em-toda-a-extensao-do-imovel-rural
- [3] TERRA DE DIREITOS. "Nota Técnica sobre a Medida Provisória 910 de 16 de dezembro de 2019". 12.mai.2020.
- https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/NOTA-TECNICA-MP-910---Terra-de-Direitos.pdf
- [4] ESTADÃO CONTEÚDO. "MPF aponta interferência de Bolsonaro no Exército". 27.abr.2020.https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/mpf-aponta-interferencia-de-bolsonaro-no-exercito
- [5] MINISTÉRIO DA DEFESA. Ofício nº 6-DFPC Dupla-Sigla/COLOG EB 64447.007028/2020-63. Brasília, 28 de abril de 2020.
- https://pt.scribd.com/document/458870270/Resposta-do-Exercito-sobre-portarias-de-rast-reabilidade-de-armas-e-municoes#from_embed
- [6] POLÍCIA FEDERAL. Instrução Normativa nº 174-DG/PF, de 20 de agosto de 2020. Estabelece os procedimentos relativos ao Sistema Nacional de Armas e a aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo e munições. https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/08/in-174-dg-pf-20-de-agosto-de-2020-bs-160-edicao-extra_210820203049.pdf
- [7] RPC. "Quem é Jorge Guaranho, apoiador de Bolsonaro que matou petista em Foz do Iguaçu". 10. jul. 2022.
- https://gl.globo.com/pr/parana/noticia/2022/07/10/quem-e-jorge-guaranho-apoiador-de-bolsonaro-que-matou-petista-em-foz-do-iguacu.ghtml
- [8] ESTADÃO CONTEÚDO. "Governo zera taxa de importação de armas". 10.dez.2020. https://www.istoedinheiro.com.br/governo-zera-taxa-de-importacao-de-armas/>
- [9] TRIBUNA DO NORTE. "Suspensa norma da PRF que flexibilizou punição para transporte irregular de armas". 09.out.2021.
- https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/suspensa-norma-da-prf-que-flexibilizou-punicao-para-transporte-irregular-de-armas-553206>
- [10] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Ano 16. ISSN 1983-7364.
- https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf
- [11] FOLHA DE S. PAULO. "Exército admite não conseguir detalhar armas nas mãos de atiradores e caçadores". 02.jul.2022.
- https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml

[12] AGÊNCIA PÚBLICA. "Caçadores, atiradores e colecionadores "perdem" três armas por dia no Brasil". 23.nov.2021.

https://apublica.org/2021/11/cacadores-atiradores-e-colecionadores-perdem-tres-armas-por-dia-no-brasil

[13] THE INTERCEPT BRASIL. "2.893 armas foram perdidas ou roubadas de clubes de tiros e colecionadores desde 2018". 04.jul.2022.

https://theintercept.com/2022/07/04/armas-perdidas-roubadas-clubes-tiro-colecionadore s/>

[14] FOLHA DE S. PAULO. "Polícia de SP investiga suposto esquema do PCC para compra de armas via CACs". 15.jun.2022.

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/policia-de-sp-investiga-suposto-esquema-do-pcc-para-compra-de-armas-via-cacs.shtml

[15] FOLHA DE S. PAULO. "Simples busca no Google teria impedido Exército de liberar arma a membro do PCC, diz juiz". 22.jul.2022.

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/juiz-diz-que-qualquer-busca-no-google-feita-pelo-exercito-mostraria-crimes-de-membro-do-pcc.shtml

[16] COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2021. Goiânia, 2022. ISSN:1676-661X.https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021

[17] AGÊNCIA PÚBLICA. "Armamentistas incentivam aumento de armas de fogo e clubes de tiro no campo". 15.ago.2022.

https://apublica.org/2022/08/armamentistas-incentivam-aumento-de-armas-de-fogo-e-clubes-de-tiro-no-campo/

[18] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Ano 16. ISSN 1983-7364.

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf

[19] FORBES. "Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil". 17.jan.2022. https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/

[20] G1. "Maior doador da eleição ajuda a eleger 9 candidatos e a levar 2 para o 2° turno". 28.out.2022.

https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/28/maior-doador-da-eleicao-ajuda-a-eleger-9-candidatos-e-a-levar-2-para-o-2o-turno.ghtml

[21] EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (EBC). "Bolsonaro e ministros inauguram fábrica de biogás em São Paulo". 16.out.2020.

https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-10/bolsonaro-e-ministros-inaugura m-fabrica-de-biogas-em-sao-paulo>

[22] HORA DO POVO. "JBS e Cutrale estão entre as 132 empresas incluídas na lista suja do trabalho escravo". 24.out.2017.

https://horadopovo.com.br/jbs-e-cutrale-estao-entre-as-132-empresas-incluidas-na-lista-suja-do-trabalho-escravo/

- [23] DE OLHO NOS RURALISTAS. "Ataque a indígenas em Caarapó, há três anos, foi articulado por Whatsapp". 16.jun.2019.
- https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2019/06/16/ataque-a-indigenas-em-caarapo-ha-tres-anos-foi-articulado-por-whatsapp/>
- [24] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). "Ataque a indígenas Tey Kuê: MPF oferece denúncia contra funcionários da cooperativa Coamo, de Caarapó (MS)". 09.nov.2017. https://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-oferece-denuncia-contra-funcionarios-da-cooperativa-coamo-de-caarapo-ms
- [25] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 5.968, de 1º de outubro de 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-5.968-de-1-de-outubro-de-2019-220871638
- [26] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 6.176, de 21 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-6.176-de-21-de-setembro-de-2021-346748483>
- [27] BRASIL DE FATO. "Entenda o conflito entre o MST e a madeireira Araupel no Paraná". 10.nov.2016.
- https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/entenda-o-conflito-entre-o-mst-e-a-madeireira-a-araupel-no-parana
- [28] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 3.325, de 10 de julho de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-3.325-de-10-de-julho-de-2020-266357494
- [29] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 5.305, de 20 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-5.305-de-20-de-agosto-de-2021-339795202
- [30] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 1.395, de 07 de março de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-1-395-de-7-de-marco-de-2018-6076827
- [31] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 862, de 9 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-862-de-9-de-fevereiro-de-2018-3545261
- [32] PARANÁ PORTAL. "Confronto deixa dois mortos no entorno da Araupel". 07.abr.2016. https://paranaportal.uol.com.br/cidades/confronto-deixa-dois-mortos-no-entorno-da-araupel/
- [33] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). "Justiça decide que Araupel não é dona da Fazenda Rio das Cobras". 27.mai.2015.
- https://mst.org.br/2015/05/27/justica-decide-que-araupel-nao-e-dona-da-fazenda-rio-das-cobras/
- [34] GAZETA DO POVO. "Para Justiça Federal, área de maior conflito agrário no Paraná pertence à Araupel". 14. jun. 2017.
- https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/para-justica-federal-area-de-maior-conflito-agrario-no-parana-pertence-a-araupel-4prt0d2hal3n4yhluh8jdyxbo/
- [35] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 1.254, de 31 de março de 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-1-254-de-31-de-marco-de-2016-22666005
- [36] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 1.649, de 15 de março de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-1.649-de-15-de-marco-de-2022-386456356
- [37] POLÍCIA FEDERAL. Portaria nº 3.233 DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012. Disponível em:

- https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/portarias/portaria-3233-2012-2.pdf/view>
- [38] POLÍCIA FEDERAL. Edital de Notificação nº 2.474, de 26 de agosto de 2019. Disponível em:
- https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-notificacao-n-2.474-de-26-de-agosto-de-2019-2 12669690>
- [39] POLÍCIA FEDERAL. Edital de Notificação nº 949, de 11 de maio de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-de-notificacao-n-949-de-11-de-maio-de-2022-4054 16931>
- [40] POLÍCIA FEDERAL. Portaria nº 17.419, de 6 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-17-419-de-6-de-dezembro-de-2016-24789844
- [41] POLÍCIA FEDERAL. Portaria nº 17.415, de 6 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-17-415-de-6-de-dezembro-de-2016-24789713>
- [42] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Ano 16. ISSN 1983-7364.
- https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf
- [43] CORREIO DE CARAJÁS. "Mais de 300 famílias vivem dilema em fazenda de Brejo Grande". 23.dez.2021.
- https://correiodecarajas.com.br/mais-de-300-familias-vivem-dilema-em-fazenda-de-brejo-grande/
- [44] TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Processo nº 0001129-72.2012.8.14.0028. Comarca de Marabá.
- https://www.jusbrasil.com.br/processos/75642020/processo-n-000XXXX-7220128140028-d o-tjpa>
- [45] TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Processo nº 0015280-57.2015.8.14.0054. Comarca de São João do Araguaia.
- https://www.jusbrasil.com.br/processos/373007953/processo-n-001XXXX-5720158140054-d o-tipa>
- [46] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). "Justiça suspende atividades de empresa que atua como milícia em fazendas de Marabá e Itupiranga, no Pará". 16.out.2019. https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/justica-suspende-atividades-de-empresa-que-atua-como-milicia-em-fazendas-de-maraba-e-itupiranga-no-para
- [47] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 898, de 12 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-898-de-12-de-fevereiro-de-2020-243655690
- [48] DE OLHO NOS RURALISTAS. "Mapa mostra, por município, os maiores multados por desmatamento nos últimos 25 anos". 02.fev.2020.
- https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/02/mapa-mostra-por-municipio-os-maiores-multados-por-desmatamento-nos-ultimos-25-anos/
- [49] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 4.966, de 3 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-4.966-de-3-de-agosto-de-2021-336340691
- [50] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 6.750, de 15 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-6.750-de-15-de-outubro-de-2021-352689196

- [51] POLÍCIA FEDERAL. Portaria nº 106, de 28 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-106-de-28-de-janeiro-de-2022-401083543
- [52] DE OLHO NOS RURALISTAS. Um país sob censura. Dossiê Bolsonaro (V). Setembro, 2022.
- https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Um-Pais-sob-Censura-2022-ptbr-l.pdf
- [53] POLÍCIA FEDERAL. Portaria nº 5.305, de 20 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-5.305-de-20-de-agosto-de-2021-339795202
- [54] DE OLHO NOS RURALISTAS. "Expoentes do agronegócio são a face menos falada do esquema de venda de sentenças na Bahia". 16.dez.2019.
- https://deolhonosruralistas.com.br/2019/12/16/expoentes-do-agronegocio-sao-a-face-meno s-falada-do-esquema-de-venda-de-sentencas-na-bahia/
- [55] SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Petição 13912/DF (2020/0321745-4). Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2021/10/pronto-download-compressed_141020214210.pdf
- [56] DE OLHO NOS RURALISTAS. Os Financiadores da Boiada: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. Julho, 2022. ISBN 978-65-998296-0-4.
- https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf
- [57] AGÊNCIA PÚBLICA, "Os privilegiados com a água do Cerrado baiano". 08.dez.2021. https://apublica.org/2021/12/os-privilegiados-com-a-agua-do-cerrado-baiano/
- [58] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 601, de 26 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-601-de-26-de-janeiro-de-2022-376595382
- [59] POLÍCIA FEDERAL. Alvará nº 1.287, de 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/alvara-n-1.287-de-22-de-fevereiro-de-2022-382396442
- [60] VALOR ECONÔMICO. "Feplana, de produtores de cana, manifesta apoio à reeleição de Bolsonaro". 21.mar.2022.
- https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/03/21/feplana-de-produtores-de-canado-nordeste-manifesta-apoio-reeleio-de-bolsonaro.ghtml
- [61] JORNAL DA CANA. "Bolsonaro recebe prêmio de honra ao mérito "Canavieiro do Brasil" pelos servicos prestados ao setor". 22.mar.2022.
- https://jornalcana.com.br/bolsonaro-recebe-premio-de-honra-ao-merito-canavieiro-do-brasil-pelos-servicos-prestados-ao-setor/>



DE OLHO NOS RURALISTAS

Agribusiness Watch



- /deolhonosruralistas
- 🖸 /deolhonoagro
- f /deolhonosruralistas
- /deolhonosruralistas